

Ata n.º 49
Reunião do Conselho Intermunicipal
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
(Ordinária)

No dia 15 de julho de 2025, pelas 10h00, no município de Penacova reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Emílio Augusto Ferreira Torrão, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Período Antes da Ordem do Dia

10h00 Presidente do IHRU – Ponto de situação dos processos da BNAUT, do 1º direito e da Habitação a Custos Acessíveis na Região de Coimbra.

Ordem do Dia

1. Informações

1.1. Infraestruturas de Portugal:

1.1.1. CIM_Região de Coimbra_1407_2025-06-30_IP3 – Coimbra/Viseu – Troço Santa Comba Dão/Viseu – Duplicação/Requalificação – Condicionamento de trânsito – Para conhecimento

1.1.2. CIM_Região Coimbra_1435_2025-07-02_IP3 – Coimbra/Viseu – Troço Santa Comba Dão/Viseu – Duplicação/Requalificação - Execução dos trabalhos de escavação com recurso a explosivos - Condicionamento de trânsito – Para conhecimento

1.1.3. CIM_Região de Coimbra_1460_2025-07-04_EN 234-1, entre os km's 4+000 e 6+400 - Pavimentos - Condicionamento de Tráfego – Para conhecimento

1.1.4. CIM_Região de Coimbra_1445_2025-07-02_EN109, km 118+108, Ponte Edgar Cardoso. Substituição do Sistema de Tirantes - Condicionamento de Tráfego – Para conhecimento

1.2. Nota informativa CNE- Propaganda eleitoral e redes sociais – Para conhecimento

2. Estrutura de Desenvolvimento Científico e do Conhecimento

2.1 Instituto superior Miguel Torga

2.1.1. Sentença- Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Notificação Processo 1662/25,1T8CBR – Para conhecimento

2.1.2. Contratação de novos docentes – Para deliberação

2.1.3. Pagamentos adicionais a docentes – Para deliberação

3.1. Unidade de Proteção Civil

3.1.1. Pré-Aviso de greve por tempo indeterminado – Sapadores Florestais – Para conhecimento

3.1.2. Cedência do veículo Anfíbio aos municípios de Coimbra e Penacova - Para deliberação

3.1.3. Candidatura Intermunicipal - ITIE2.4 - Proteção Civil - Para deliberação

3.1.4. Proposta de contrato interadministrativo para realização de um projeto-piloto através de sensibilização e comunicação de proximidade para redução de ignições na Região de Coimbra - Para deliberação

3.1.5. Financiamento das ações de manutenção do Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Rurais - Para conhecimento

3.2. Unidade de Desenvolvimento Económico

3.2.1. Candidaturas abertas - Open Call 2 – ADT4Blue - Economia Azul – Para conhecimento

3.2.2. EEC PROVERE TERRITÓRIOS TERMAIS - Para conhecimento

3.2.3. Apresentação de informação sobre a monitorização da atividade turística do território da CIM Região de Coimbra - Para conhecimento

3.2.4. Pedido de parecer de manifestação de interesse no registo do Regadio Tradicional no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial – Para deliberação

3.2.5. Prémio Gourmand World Cookbook Awards - para conhecimento

3.2.6. Prémio BTL 2025 - para conhecimento

3.3. Divisão de Apoio ao Centro de competências para a informação Geoespacial

3.3.1 Disponibilização do Levantamento LiDAR de Portugal Continental (DGT) CGEO - Para Conhecimento;

3.3.2. Protocolo de Cooperação CIM-RC/IPG - CGEO - Para deliberação;

3.3.3. Protocolo de Cooperação CIM-RC/UC - CGEO – Para deliberação;

3.3.4. Contratação de Serviços para deteção de start-ups e empresas inovadoras - CGEO - Para Deliberação

3.3.5. Portal Geográfico – Dinamização e atualização de informação dos Municípios – CGEO - Para Conhecimento

4. Departamento de Organização Intermunicipal, Desenvolvimento Social e Modernização

4.1.1. Tesouraria

4.1.1.1. Resumo diário de tesouraria - Para conhecimento

4.1.2. Contratação Pública

4.1.2.1. CP 05_2025 - Contratação de Serviços Técnicos Especializados para apoiar a dinamização dos 46 Balcões Únicos do Prédio (BUPi)- Decisão de Contratar, aprovação de peças e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal – Para ratificação

4.1.2.2. CP 06_2025 - Contratação de Serviços Técnicos Especializados para apoio técnico_científico à produção e_ou atualização do Inventário Florestal: Abertura de Procedimento Concursal, Decisão de Contratar, aprovação de peças e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal - Para ratificação

4.1.3. Central de Compras

4.1.3.1. Pedido de adesão da ULS de Coimbra à Central de Compras – Para deliberação

4.2 Unidade de Desenvolvimento Social e Modernização

4.2.1. Candidatura ao programa IURC - Para conhecimento

5.1. Unidade de Ambiente, Recursos Naturais e Equipamentos

5.1.1. Ponto de situação dos processos relativos ao Programa 1.º Direito, BNAUT e HCC – Para conhecimento

5.1.2. Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município da Lousã e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P Projeto: “Reabilitação e alteração de edifício multifamiliar- Rua Dr. Pedro Lemos” – Para ratificação

5.1.3. Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município de Vila Nova de Poiares e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P Projeto: “Construção de Moradias em Ferreira para Habitação a Custos Acessíveis (5 fogos)” – Para ratificação

5.1.4. Empreitada de Execução da Eurovelo 1 da CIM-RC - Aprovação do Auto de Medição de Trabalhos nº 38 e dos Autos N.º 2 Trabalhos Complementares 9 e N.º 2 de Trabalhos Complementares n.º 10 – Para deliberação

5.1.5. Emissão pela APA de Declaração de Impacte Ambiental desfavorável sobre o projeto “Central Solar Fotovoltaica Flutuante de Cabril” – Para conhecimento

5.1.6. Esclarecimento da IP sobre alteração do traçado da linha de alta velocidade – troço Oiã–Soure – Para conhecimento

5.1.7 "Gestão de Recursos Hídricos" - Rio Alva e Rio Ceira – Ponto de situação – Para conhecimento

6. Estrutura de Apoio Técnico

6.1. Aprovação da Candidatura “Provisão e Remuneração de Serviços de Ecossistemas no Pinhal Interior” – IIBT do Pinhal Interior – Para conhecimento

6.2. Avisos de Concurso – ITI CIM Região de Coimbra – Para conhecimento

6.3. ITI da CIM Região de Coimbra: Plano de Ação – Lista de Projetos – 14ª Alteração – Tábua - Para ratificação

6.4. ITI da CIM Região de Coimbra: Plano de Ação – Lista de Projetos – 15ª Alteração – Cantanhede – Para ratificação

6.5. Cidade pelo Clima: Reunião da Assembleia Geral de 27 junho de 2025 - Para conhecimento

6.6. Avisos publicados PRR – Para conhecimento

6.7. Reprogramação PO CENTRO 2030 - Levantamento do investimento até 30/09/2025 - ITI CIM RC – Para conhecimento

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, Emílio Torrão Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho deu início à reunião, após a verificação de existência do quórum necessário.

Da lista de presenças que se anexa como número um à presente ata, registou-se que participaram na reunião:

Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Luís Paulo Carreira Fonseca Costa;
Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira;
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Francisco José de Baptista Veiga;
Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita da Costa;
Presidente da Câmara Municipal de Góis, António Rui de Sousa Godinho Sampaio;
Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Miguel Correia Antunes;
Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, António Jorge Fernandes Franco;
Presidente da Câmara Municipal de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco;
Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, António Miguel Costa Baptista;
Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, Ricardo Sérgio Pardal Marques;
Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Francisco Tavares Rolo;
Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, Jorge Alves Custódio;
Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra;
Presidente da Câmara Municipal de Penela, Eduardo Jorge Mendes Nogueira Santos;
Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes;
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tábua, António Manuel Fonseca Oliveira;
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques;
Estiveram igualmente presentes na reunião, a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital Graça Oliveira, o Vereador da Câmara Municipal da Figueira-da-Foz Ricardo Silva, a Vereadora da Câmara Municipal da Figueira-da-Foz Olga Brás e o Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

Período Antes da Ordem do Dia

O Presidente do CI deu as boas-vindas, agradecendo a distinta hospitalidade e elevação proporcionada pelo seu homólogo de Penacova, nota de boas-vindas igualmente á equipa do IHRU na sua pessoa do seu Presidente Benjamim Pereira. De seguida passou a palavra ao Presidente da CM de Penacova.

Tomou a palavra o Presidente da CM de Penacova expressando a sua satisfação por acolher novamente este órgão desejando que a reunião decorra da melhor forma possível, num espaço do antigo Tribunal requalificado e transformado em Casa das Artes, convidando posteriormente a uma visita até à praia fluvial Vimieiro.

O Presidente do CI reiterou os agradecimentos ao Presidente do IHRU e sua equipa técnica dizendo que ansiava por esta visita, porque nas reuniões do Conselho intermunicipal, os presidentes manifestam a sua grande insatisfação e grande preocupação com os processos do

IHRU, como tal nada melhor do que aqui os ter na presença para esclarecer. Como notas introdutórias relembra que há um acordo pioneiro entre a Comunidade Intermunicipal e o IHRU e que tem consumido horas e grande dedicação dos colaboradores que fazem a articulação com os municípios, que é um trabalho muito complicado, e que criou desde o início grandes expectativas nesta Comunidade intermunicipal, em particular aos seus Presidentes e Vereadores responsáveis do pelouro da habitação dos seus respetivos municípios e em todos se criou uma expectativa que muito rapidamente começou a ser gorada em função de todo tipo de entraves e vicissitudes que foram surgindo, uns ultrapassados e outros que ainda estão por ultrapassar. Sublinha que enquanto autarca gosta de preservar os acordos que faz com as Instituições, realçando a importância de salvaguardar as regras e os pressupostos que levaram a estes acordos para que sejam mantidos no futuro.

O Presidente do CI prossegue a sua intervenção, dirigida ao Presidente e Técnicos do IHRU dizendo que a CIM se tem esforçado, imenso, nestas matérias e que vai ser apresentado um trabalho exaustivo para chegar ao nível de apresentação que vão poder comprovar, para que estes processos tenham bom termo. Relembra que vai haver transição de executivos em outubro o qual pode gerar um conjunto de controvérsias que não serão agradáveis, mas normais nessas transições de poder em alguns casos, daí ser importante que tudo ficasse bem esclarecido, e que desta reunião saíssem soluções concretas para os problemas que estão identificados pelo que cumpre ao IHRU dar a solução concreta aos problemas. O presidente do CI deu a palavra ao Secretário Executivo Intermunicipal para fazer a apresentação.

O Secretário Executivo Intermunicipal fez a apresentação detalhadamente por via dos mecanismos de acesso tidos ou reportados pelos municípios nas 3 verticais da habitação: Habitação de custos controlados, a BNAUT e depois Primeiro Direito dando nota que a CIM não tem uma interferência direta, apesar de acompanhar com os municípios. Realça a demora e os custos que se refletem em imensos custos administrativos e imensa burocracia.

Foi aberto o período de discussão dando a oportunidade aos Presidentes de prestarem contributos e colocarem questões mais concretas ao IHRU.

Interveio o Presidente da CM de Tábua elogiando a excelente apresentação pela CIM sobre o assunto. Propõe que haja mais autonomia por parte dos técnicos das câmaras e mais celeridade. Relativamente à BNAUT dá nota das missivas colocadas à segurança social que não dá respostas. Interveio o Presidente da CM de Mira reforçando que as questões e preocupações são transversais a todos os municípios. Referencia que se criou expectativa junto das pessoas e o município a substituir-se ao IHRU situação que é penalizadora para os autarcas. Deixa a questão da possibilidade de prolongamento de prazos.

Interveio o Presidente da CM de OH reforçando que as questões e preocupações são transversais a todos os municípios. dá nota que foram criadas expectativas nas pessoas e que é junto das câmaras que esperam resposta. O investimento em tempo e recursos neste assunto foi imenso.

Interveio o Presidente da CM de Penela para dar nota de duas questões fundamentais, relativamente ao primeiro direito que as candidaturas ficaram fora das 26 000 e como tal associa-se ao que já foi colocado como preocupação, situações de um desgaste imenso.

Interveio o Presidente da CM de Lousã para dar nota que as questões foram detalhadamente apresentadas pelo secretário Executivo Intermunicipal o qual as acompanha. Acrescenta preocupação relativamente ao prazo do PRR que se torna um elemento de angústia adicional.

Interveio o Presidente da CM de Pampilhosa da Serra dizendo que acompanha todas as preocupações que foram apresentadas, no entanto, querendo sublinhar a sua grande preocupação e indignação pois assinaram os acordos, avançaram com as obras, têm as obras concluídas e após uma reunião com a segurança social que concordou com os projetos em 2022, agora aparecem com um manual técnico de centro de alojamento de emergência social informando que se não cumprirem será difícil o financiamento.

Interveio o Presidente da CM de Vila Nova de Poiares para dizer que corrobora com as preocupações que foram apresentadas, mas gostaria de saber em relação ao BNAUT, lançou por valores superiores aos apresentados na candidatura o qual gostaria de saber se podem financiar mais tarde os valores que agora os municípios estão a assumir.

Interveio o Presidente do IHRU, agradecendo a todos os presidentes as questões colocadas, dando nota que os problemas estão identificados, os compromissos assumidos, informando que a obrigação do IHRU, é ajudar a resolver, embora assuma a limitação em recursos humanos (mas com muito empenho) e a imensa burocracia desta matéria. Dá nota que todos os assuntos estão identificados e que o IHRU juntamente com a Secretaria de Estado está sensibilizado no sentido de tentar mitigá-los. Sublinha que o caminho será de haver parcerias com as CIMs, municípios e sector privado. Em relação ao Primeiro Direito o compromisso é a análise com celeridade das candidaturas e a meta da tutela é ter as 26.000 prontas em junho do próximo ano ou seja 2026, sublinhando que 5.000 dessas candidaturas são de beneficiários diretos que terão apoio 100% com recurso ao OE e Fundo de emergência para a habitação. Em relação à BNAUT está-se a trabalhar para aprovação de todas as candidaturas o mais rápido possível e está a ser trabalhado o encontrar solução para as preocupações com legislação para se ajustar à realidade.

Não tenho havido mais pedidos de intervenção sobre no período antes da ordem do dia, o Presidente do CI deu início à Ordem do dia previamente distribuída acompanhada da documentação habilitante.

Ordem do Dia

1. Informações

1.1. Infraestruturas de Portugal:

1.1.1. CIM_Região de Coimbra_1407_2025-06-30_IP3 – Coimbra/Viseu – Troço Santa Comba dão/Viseu – Duplicação/Requalificação – Condicionamento de trânsito – Para conhecimento

1.1.2. CIM_Região Coimbra_1435_2025-07-02_IP3 – Coimbra/Viseu – Troço Santa Comba Dão/Viseu – Duplicação/Requalificação - Execução dos trabalhos de escavação com recurso a explosivos - Condicionamento de trânsito – Para conhecimento

1.1.3. CIM_Região de Coimbra_1460_2025-07-04_EN 234-1, entre os km's 4+000 e 6+400 - Pavimentos - Condicionamento de Tráfego – Para conhecimento

1.1.4. CIM_Região de Coimbra_1445_2025-07-02_EN109, km 118+108, Ponte Edgar Cardoso. Substituição do Sistema de Tirantes - Condicionamento de Tráfego – Para conhecimento

O Presidente do CI por uma questão de economia processual colocou todos os quatro pontos para à apreciação do CI, tendo o Secretário Executivo Intermunicipal apresentado algumas breves explicações necessárias para a boa compreensão do assunto.

O CI tomou conhecimento.

1.2. Nota informativa CNE- Propaganda eleitoral e redes sociais – Para conhecimento

Foi presente a informação n.3121, datada de 08 de julho último, no qual o Presidente do CI dá nota que tendo tomado conhecimento do documento da CCDRN, de junho de 2025 sobre a "Neutralidade e imparcialidade dos órgãos autárquicos e respetivos titulares durante o período eleitoral.". O Secretário Executivo Intermunicipal tomou a palavra para deixar nota que foi pedida uma análise jurídica, chamando a atenção dos senhores presidentes para a leitura da nota informativa da CNE que foi distribuída.

O CI tomou conhecimento.

2. Estrutura de Desenvolvimento Científico e do Conhecimento

2.1 Instituto superior Miguel Torga

2.1.1. Foi presente na informação n.1593, datada de 18 de junho último, a Sentença do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra- Juízo do Trabalho de Coimbra- Juiz 2 - Notificação Processo 1662/25,1T8CBR – Refª do ofício nº 97559526 datada de 17/06/2025. Para conhecimento.

O CI tomou conhecimento.

2.1.2. Contratação de novos docentes – Para deliberação

Foi presente a informação I/11/2025 datada de 09/07/2025 proveniente do Presidente do Conselho de Direção do ISMT e aprovado na reunião do Conselho de Direção do dia 07/07/2025 – Contratação de docentes para o ano letivo de 2025/2026.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a Contratação de docentes para o ano letivo de 2025/2026.

2.1.3. Pagamentos adicionais a docentes – Para deliberação

Foi presente a informação I/12/2025 datada 09/07/2025 proveniente do Presidente do Conselho de Direção do ISMT e aprovado na Reunião do Conselho de Direção do dia 07/07/2025 para pagamentos adicionais a docentes.

O CI deliberou, por unanimidade, os pagamentos adicionais a docentes.

3.1. Unidade de Proteção Civil

3.1.1. Pré-Aviso de greve por tempo indeterminado – Sapadores Florestais – Para conhecimento Foi presente a informação 3130 datada de 09 de julho último no qual a CIM-RC recebeu do SinFAP -Sindicato Independente dos Trabalhadores da Floresta, Ambiente e Proteção Civil a comunicação Refª 214/DN/2025 de 27/06/2025 de um pré-aviso de greve por tempo indeterminado, aplicável aos assistentes operacionais que exercem funções de Sapador Florestal. O Secretário Executivo pediu a palavra para dar nota que esta situação está a ser acompanhada, pois poderá originar perturbações no normal funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais, sublinhando que sendo num período crítico foram diligenciadas comunicações com a DGAEP de forma a mitigar o impacto dessas mesmas eventuais perturbações.

O CI tomou conhecimento.

3.1.2. Cedência do veículo Anfíbio aos municípios de Coimbra e Penacova - Para deliberação Foi presente a Informação nº 3136 datada de 09 de julho último, no qual foi solicitado pelos municípios de Coimbra e Penacova a cedência do veículo anfíbio para intervenção em duas áreas com vegetação aquática que está a impedir a realização de algumas atividades. Foi proposto a análise técnica da viabilidade da cedência em conjunto com os municípios da Figueira da Foz e Montemor-o-Velho, atendendo à necessidade de verificar as intervenções que estão planeadas neste período. Em caso de viabilidade, propõe-se a cedência do equipamento e que os custos associados à intervenção sejam suportados pelos municípios de Coimbra e Penacova.

O CI deliberou, por unanimidade, a cedência do veículo Anfíbio aos municípios de Coimbra e Penacova nos termos propostos

3.1.3. Candidatura Intermunicipal - ITIE2.4 - Proteção Civil - Para deliberação

Foi presente a informação n.º 3137, datada de 09 de julho último, dando conhecimento ao CI da submissão da candidatura intermunicipal com um investimento total de 4 093 350,00 € (quatro milhões noventa e três mil, trezentos e cinquenta euros) e um FEDER de 3 479 347,50 € (três milhões ,quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos) propondo a delegação de competências no 1º Secretário Executivo para todos os atos associados à contratação dos bens e serviços previstos na candidatura.

O CI tomou conhecimento da submissão da candidatura intermunicipal ao OE 2.4 – Proteção Civil e deliberou, por unanimidade, aprovar a delegação de competências no 1º Secretário Executivo Intermunicipal para todos os atos conducentes à aquisição dos bens e serviços previstos na referida candidatura intermunicipal.

O CI deliberou, por unanimidade, a Candidatura Intermunicipal - ITIE2.4 - Proteção Civil

3.1.4. Proposta de contrato interadministrativo para realização de um projeto-piloto através de sensibilização e comunicação de proximidade para redução de ignições na Região de Coimbra - Para deliberação

Foi presente a informação nº3138 datada de 09 de julho último em que se propõe ao CI a celebração de um contrato interadministrativo financiado pela AGIF no valor de investimento total

de 84 814,81€ (oitenta e quatro milhões, oitocentos e quatorze mil euros e oitenta e um cêntimos). para a CIM RC. Este contrato visa a realização de ações de sensibilização focadas no Pinhal Interior, mas também nos restantes municípios. Propõe-se a articulação das ações em reunião de Gabinetes Técnicos Florestais, bem como a divisão dos custos não elegíveis e despesas não comparticipadas de igual forma pelos municípios envolvidos.

O CI deliberou, por unanimidade Proposta de contrato interadministrativo para realização de um projeto-piloto através de sensibilização e comunicação de proximidade para redução de ignições na Região de Coimbra.

3.1.5. Financiamento das ações de manutenção do Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Rurais - Para conhecimento

Foi presente a informação nº3140 datada de 09 de julho último dando conhecimento ao CI, após várias diligências efetuadas, do ofício remetido à CIM- RC pela Secretaria de Estado da Proteção Civil, referente ao financiamento das ações de manutenção do Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Rurais em que a ANEPC está a desenvolver todos os procedimentos para a elaboração dos protocolos de financiamento dos sistemas de videovigilância das Comunidades Intermunicipais. O Secretário Executivo tomou a palavra para dizer a matéria que está a ser acompanhada e que será reforçada na reunião agendada da próxima semana com o Secretário de Estado da Proteção Civil.

O CI tomou conhecimento.

3.2. Unidade de Desenvolvimento Económico

3.2.1. Candidaturas abertas - Open Call 2 – ADT4Blue - Economia Azul – Para conhecimento

Foi presente a informação nº3132 datada de 08 de julho último dando conhecimento ao CI que se encontram abertas, até 28 de julho de 2025, candidaturas à Open Call 2 do projeto europeu *ADT4Blue – Advanced Digital Technologies for the Blue Economy*, cofinanciado pelo programa Interreg Espaço Atlântico. Esta call tem como principal objetivo impulsionar a adoção de tecnologias digitais avançadas por PME ligadas à Economia Azul, promovendo assim a inovação e a sustentabilidade no setor.

O CI tomou conhecimento.

3.2.2. EEC PROVERE TERRITÓRIOS TERMAIS - Para conhecimento

Foi presente a informação nº3142 datada de 09 de julho último dando conhecimento ao CI da decisão definitiva de aprovação do Plano de Ação da EEC PROVERE - Agenda para valorização dos territórios termais por parte da Autoridade de Gestão. O Presidente do CI deu a palavra ao Secretário Executivo que deu nota positiva informando que foram assinados os últimos PROVERES Termas, Inature, Geoparque e estações náuticas o que virá a permitir, um conjunto de investimentos para os territórios.

O CI tomou conhecimento.

3.2.3. Apresentação de informação sobre a monitorização da atividade turística do território da CIM Região de Coimbra - Para conhecimento

Foi presente a informação nº3153 datada de 10 de julho último sobre a monitorização da atividade turística do território da CIM Região de Coimbra disponibilizada pelo Observatório de Turismo Sustentável do Centro de Portugal. Esta informação tem como objetivo apoiar o planeamento a avaliação e a tomada de decisão estratégica na área do turismo. O Secretário Executivo Intermunicipal, munido de uma apresentação dá nota em que é demonstrativo e significativo o aumento de oito dos nove indicadores que são avaliados , população, hóspedes, dormidas, índice de intensidade turística, taxa de ocupação, proveitos totais, revpar, sazonalidade, com exceção no tempo de estada média que é algo que se tem que combater desenhando programas, opções para fixar por mais tempo as pessoas no território, sublinhando que é com base destes indicadores que se procede á submissão dos pedidos de pagamento.

O CI tomou conhecimento.

3.2.4. Pedido de parecer de manifestação de interesse no registo do Regadio Tradicional no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial – Para deliberação

Foi presente a informação nº3143 datada de 09 de julho último solicitando ao CI deliberação e emissão de parecer institucional favorável ao registo do Regadio Tradicional no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, reconhecendo o seu valor cultural, agrícola, social e ecológico, e apoiando a sua posterior candidatura à classificação como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Reconhece-se a importância da valorização e conservação do património cultural em torno dos regadios tradicionais e considera-se que a classificação pela UNESCO irá dinamizar ações de melhoria e desenvolvimento.

O CI deliberou, por unanimidade, o pedido de parecer de manifestação de interesse no registo do Regadio Tradicional no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

3.2.5. Prémio Gourmand World Cookbook Awards - para conhecimento

Dá-se conhecimento através da informação nº 3148 datada de 09 de julho último de que a "Carta Gastronómica da Região de Coimbra" foi premiada na edição de 2025 dos Gourmand World Cookbook Awards com o Prémio Especial do Júri.

O CI tomou conhecimento.

3.2.6. Prémio BTL 2025 - para conhecimento

Dá-se conhecimento através da informação nº 3147 datada de 09 de julho último que o stand da CIM-RC foi premiado na edição na "Prémios BTL 2025" na categoria "Prémio Inovação". O Presidente do CI fez questão de prestar um agradecimento ao senhor Secretário Executivo Intermunicipal, a todos os presidentes, a todos que estiveram envolvidos e colaboraram, mas muito em particular ao senhor presidente da Pampilhosa da Serra Jorge Custódio que deu um apoio especial e que não podia deixar de referenciar.

O CI tomou conhecimento.

3.3. Divisão de Apoio ao Centro de competências para a informação Geoespacial

3.3.1 Disponibilização do Levantamento LiDAR de Portugal Continental (DGT) CGEO - Para Conhecimento;

Foi presente a informação nº 3124 datada de 08 de julho último dando nota que a Direção-Geral do Território (DGT), através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mais concretamente na componente C08-Florestas deste plano, na Reforma RE-r20: Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo, em particular no investimento RE-C08-i02: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo, adquiriu a cobertura LiDAR para o território de Portugal Continental. Com este levantamento LiDAR a DGT pretende dotar o território de Portugal continental de informação altimétrica atualizada de elevado rigor que, dada a sua aplicação transversal, possa ir ao encontro das necessidades de múltiplos setores de atividade, nomeadamente da Administração Local.

O CI tomou conhecimento.

3.3.2. Protocolo de Cooperação CIM-RC/IPG - CGEO - Para deliberação;

Foi presente a informação nº 3126 datada de 08 de julho último, submetendo para aprovação o Protocolo de Cooperação, a desenvolver no âmbito do programa de INVESTIMENTO RE-C08-i02.03 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistemas de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial”, da Componente C08 do Plano de Recuperação e Resiliência, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Centro de Competências para a Informação Geoespacial) e o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), que tem por finalidade a organização e implementação de ações de capacitação de recursos humanos no tecido empresarial e do setor público, bem como cooperar com a CIM RC em ações de Investigação & Desenvolvimento nas áreas de atuação comuns do IPG e do CGeo.

O CI deliberou, por unanimidade a aprovação do Protocolo de Cooperação CIM-RC/IPG - CGEO

3.3.3. Protocolo de Cooperação CIM-RC/UC - CGEO – Para deliberação;

Foi presente a informação nº 3133 datada de 09 de julho último, submetendo para aprovação o Protocolo de Cooperação, a desenvolver no âmbito do programa de INVESTIMENTO RE-C08-i02.03 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistemas de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial”, da Componente C08 do Plano de Recuperação e Resiliência, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Centro de Competências para a Informação Geoespacial) e a Universidade de Coimbra (UC), que tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas de pesquisa, ensino, capacitação profissional, inovação tecnológica e outras atividades académicas e científicas, a troca de conhecimentos, científico e académico, o desenvolvimento de projetos de pesquisa conjunta, visando à inovação científica e à resolução de desafios sociais, económicos e tecnológicos,

estabelecendo bases para parcerias internacionais e integrar as duas instituições em redes académicas e científicas de maior abrangência.

O CI deliberou, por unanimidade a aprovação do Protocolo de Cooperação CIM-RC/UC – CGEO

3.3.4. Contratação de Serviços para deteção de start-ups e empresas inovadoras (nacionais e internacionais) - CGEO - Para Deliberação

Foi presente a informação nº 3135 datada de 09 de julho último, dando nota como sendo objetivo geral do Centro de Competências para a informação Geoespacial (CGeo), promover a inovação, a investigação aplicada e a transferência de conhecimento no domínio da informação geoespacial, enquanto catalisador de desenvolvimento territorial sustentável e inteligente. Torna-se essencial identificar e atrair start-ups e empresas inovadoras, tanto nacionais como internacionais, com competências tecnológicas avançadas na área da informação Geoespacial na definição de ações eficazes para a adaptação às alterações climáticas, proteção do ambiente e promoção da descarbonização, com o intuito de dinamizar projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) a serem desenvolvidos no território do Pinhal Interior pelo CGeo, pelo que se submete para aprovação a proposta de abertura de Procedimento Concursal para a contratação de Serviços Técnicos Especializados para a deteção de startups e empresas inovadoras (nacionais e internacionais) na área da informação geoespacial, a desenvolver no âmbito do programa de INVESTIMENTO RE-C08-i02.03 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistemas de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial”, da Componente C08 do Plano de Recuperação e Resiliência

O CI deliberou, por unanimidade a contratação de Serviços para deteção de start-ups e empresas inovadoras – CGEO

3.3.5. Portal Geográfico – Dinamização e atualização de informação dos Municípios – CGEO - Para Conhecimento

Foi presente a informação nº 3139 datada de 09 de julho último, considerando que foram contratados os Serviços Técnicos Especializados de Desenvolvimento e Expansão do Portal Geográfico no âmbito da dinamização do Centro de Documentação Digital - Centro de Dados (*Datacenter*) de suporte ao CGeo, a desenvolver no âmbito do programa de INVESTIMENTO RE-C08-i02.03 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistemas de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial”, da Componente C08 do Plano de Recuperação e Resiliência, e de forma a dinamizar e atualizar a informação de dados geoespaciais de cada um dos Municípios, o Secretário Executivo pede a palavra ao Presidente do CI para deixar nota de sensibilização a todos os presidentes que está a ser desenvolvido um portal geográfico para todos os municípios da CIM sendo que já foi comunicado aos técnicos dos municípios e tem-se verificado que em alguns municípios há alguma resistência em fazer uma alteração do ponto de vista tecnológico portanto por norma os municípios querem continuar a trabalhar com softwares da Esri

com sistemas de informação geográficos que são caríssimos, ao invés de fazer uma transição para estes softwares que estão aqui disponíveis e que são de utilização gratuita.

O CI tomou conhecimento.

4. Departamento de Organização Intermunicipal, Desenvolvimento Social e Modernização

4.1.1. Tesouraria

4.1.1.1. Resumo diário de tesouraria - Para conhecimento

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria do dia 11 de julho último que apresenta um saldo bancário de 10 380 497,57 € (dez milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e sete euros e cinquenta e sete cêntimos) para o dia seguinte, documento que constará como anexo à presente ata; de salvaguardar correções pontuais ao documento em apreço, decorrente das reconciliações bancárias mensais e que não alteram significativamente o valor apresentado. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

O CI tomou conhecimento.

4.1.2. Contratação Pública

4.1.2.1. CP 05_2025 - Contratação de Serviços Técnicos Especializados para apoiar a dinamização dos 46 Balcões Únicos do Prédio (BUPi)- Decisão de Contratar, aprovação de peças e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal – Para ratificação

Foi presente a informação nº 3048 datada de 01 de julho último apresentando a proposta de delegação de competências no 1º Secretário Executivo Intermunicipal de contratação, e aprovação de peças de serviços especializados como fundamental para a dinamização eficaz dos Balcões BUPi, visto que o processo de recolha de dados de campo e a conciliação administrativa exige conhecimentos técnicos especializados e experiência prática na área do cadastro predial. Além disso, a atuação especializada possibilitará uma intervenção eficaz e precisa nas situações onde a divergência de informações pode impactar o andamento dos processos administrativos, garantindo maior eficiência e transparência. Para ratificação.

O Ci deliberou, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Secretário Executivo que autorizou a contratação aprovação de peças e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal no âmbito do CP 05/2025.

4.1.2.2. CP 06_2025 - Contratação de Serviços Técnicos Especializados para apoio técnico_científico à produção e_ou atualização do Inventário Florestal: Abertura de Procedimento Concursal, Decisão de Contratar, aprovação de peças e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal - Para ratificação

Apresentado pela informação nº 3053 datada de 01 de julho último, a abertura de Procedimento Concursal, Decisão de Contratar, aprovação de peças e delegação de Competências no 1ºSecretário Executivo Intermunicipal. Proposta de prestação de serviços tem por finalidade a contratação de serviços especializados de recolha de informação de campo e produção de

informação geoespacial, indispensáveis ao apoio técnico-científico à produção e/ou atualização do Inventário Florestal, bem como à valorização da paisagem, conservação dos recursos naturais e suporte ao ordenamento do território. Ao CI para ratificar.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo secretário executivo que autorizou a contratação, aprovação de peças e delegação de Competências no 1º Secretário Executivo Intermunicipal no âmbito do CP 06/2025.

4.1.3. Central de Compras

4.1.3.1. Pedido de adesão da ULS de Coimbra à Central de Compras – Para deliberação

Foi presente a informação nº 3164 datada de 14 de julho último a manifestação da ULS de Coimbra da intenção de aderir à Central de Compras da CIM RC.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de adesão da ULS de Coimbra à Central de Compras.

4.2. Unidade de Desenvolvimento Social e Modernização

4.2.1. Candidatura ao programa IURC - Para conhecimento

Para conhecimento do CI foi presente a informação 3102 datada de 07 de julho último, da submissão da candidatura ao programa europeu IURC (2025–2027), dando seguimento à cooperação anteriormente estabelecida com Valle del Cauca (Colômbia). A proposta foca-se na criação de uma nova parceria com uma região da América Latina, com prioridade para a temática “Sustainable Blue Economy”, reforçando o trabalho já desenvolvido no âmbito do HUB Costa Atlântica.

O CI tomou conhecimento.

5.1. Unidade de Ambiente, Recursos Naturais e Equipamentos

5.1.1. Ponto de situação dos processos relativos ao Programa 1.º Direito, BNAUT e HCC – Para conhecimento. O Presidente do CI dá nota que foi efetuada uma profunda interpretação deste ponto no período antes da ordem do dia.

O CI tomou conhecimento da apresentação.

5.1.2. Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município da Lousã e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P Projeto: “Reabilitação e alteração de edifício multifamiliar- Rua Dr. Pedro Lemos” – Para ratificação
Proposta apresentada pela informação 3127 datada de 08 de julho último para ratificação do Aditamento ao Acordo de Colaboração assinado pelo Presidente da CIM-RC, celebrado entre a CIM-RC, IHRU e Município de Lousã na sequência do Protocolo de Cooperação “Projeto de Habitação a Custos Acessíveis da Região de Coimbra”, para “Reabilitação e alteração de edifício multifamiliar- Rua Dr. Pedro Lemos”.

Verificando-se que os procedimentos concursais para execução das obras previstas ficaram desertos por motivos de insuficiência do preço base, procedeu-se a uma alteração à afetação do investimento das componentes, aumentando valor da empreitada, e a um recálculo dos valores

máximos de investimento HCC, considerando a atualização dos índices do INE afetos ao cálculo de investimento HCC.

Realizou-se assim uma atualização do valor de investimento e uma nova distribuição pelas rubricas de investimento, para além de adequação das datas de execução, que resultou num aditamento ao Acordo celebrado, passando o projeto a possuir um valor de 820.958,48 € (oitocentos e vinte mil, novecentos e cinquenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), o qual não inclui o valor do IVA, e uma data de final de execução de 30 de abril de 2026. O projeto é financiado com o empréstimo concedido ao IHRU para promoção de habitação a custos acessíveis no âmbito do Investimento RE-CO2-i05 – Parque Público de Habitação a custos acessíveis, da Componente 02-Habitação do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O valor do IVA será reembolsado nos termos estabelecidos no n.º 18 do artigo 8.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, caso o Município não possa exercer o direito à dedução do IVA suportado.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar a assinatura do Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a CIM-RC, o Município da Lousã e o IHRU para promoção conjunta do projeto designado por “Reabilitação e alteração de edifício multifamiliar- Rua Dr. Pedro Lemos.

5.1.3. Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município de Vila Nova de Poiares e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P Projeto: “Construção de Moradias em Ferreira para Habitação a Custos Acessíveis (5 fogos)” – Para ratificação

Proposta apresentada pela informação 3128 datada de 08 de julho último para ratificação de ratificação do Aditamento ao Acordo de Colaboração assinado pelo Presidente da CIM-RC, celebrado entre a CIM-RC, IHRU e Município de Vila Nova de Poiares na sequência do Protocolo de Cooperação “Projeto de Habitação a Custos Acessíveis da Região de Coimbra”, para “Construção de Moradias em Ferreira para Habitação a Custos Acessíveis (5 fogos)”.

Verificando-se que os procedimentos de concursais para execução das obras previstas ficaram desertos por motivos de insuficiência do preço base, procedeu-se a uma alteração à afetação do investimento das componentes, aumentando valor da empreitada, e a um recálculo dos valores máximos de investimento HCC, considerando a atualização dos índices do INE afetos ao cálculo de investimento HCC e uma majoração dos valores de investimento até 10%, dado tratar-se de 5 novas construções em nova parcela, o que implica investimento na infraestruturação da parcela.

Realizou-se assim uma atualização do valor de investimento e uma nova distribuição pelas rubricas de investimento que resultou num aditamento ao Acordo celebrado, passando o projeto a possuir um valor de 782.084,58 € (setecentos e oitenta e dois mil, oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos), o qual não inclui o valor do IVA. O projeto é financiado com o empréstimo concedido ao IHRU para promoção de habitação a custos acessíveis no âmbito do Investimento RE-CO2-i05 – Parque Público de Habitação a custos acessíveis, da Componente 02-

Habitação do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O valor do IVA será reembolsado nos termos estabelecidos no n.º 18 do artigo 8.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, caso o Município não possa exercer o direito à dedução do IVA suportado.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar a assinatura do Aditamento ao Acordo de Colaboração entre a CIM-RC, o Município de Vila Nova de Poiares e o IHRU para promoção conjunta do projeto designado por “Construção de Moradias em Ferreira para Habitação a Custos Acessíveis (5 fogos)”.

5.1.4. Empreitada de Execução da Eurovelo 1 da CIM-RC - Aprovação do Auto de Medição de Trabalhos nº 38 e dos Autos N.º 2 Trabalhos Complementares 9 e N.º 2 de Trabalhos Complementares n.º 10 – Para deliberação

Foi presente a informação 3114 datada de 07 de julho último, propondo a aprovação:

- da retificação da denominação do auto 37 em informação presente em CI anterior, devendo considerar-se que na informação e deliberação de aprovação do ponto 5.2.4 da 48ª reunião do CI, de 23 de junho de 2025, onde se lê “auto n.º 9” deve ler-se “auto n.º 37”.
- do Auto de Medição n.º 2 de trabalhos complementares n.º 9, no valor de 4.853,34€ (quatro mil, oitocentos e cinquenta e três mil euros e trinta e quatro centimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa aplicável,
- do Auto de Medição n.º 2 de trabalhos complementares n.º 10, no valor de 38.448,14 € (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e quatorze centimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa aplicável,
- do Auto de Medição n.º 38 de trabalhos contratuais, no valor de 27.072,65 € (vinte e sete mil, setenta e dois euros e sessenta e cinco centimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa aplicável.

A empreitada apresenta uma execução de 95,21 % relativamente ao valor contratualizado inicialmente e de 97,20 % considerando a supressão de trabalhos já aprovada.

Relativamente aos trabalhos complementares n.º 1, n.º 2, n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7, n.º 8 e n.º 9 a execução é de 100%. Já relativamente aos trabalhos complementares n.º 10 é de 96,14 %.

O CI deliberou, por unanimidade, a aprovação do Auto de Medição de Trabalhos nº 38 e dos Autos N.º 2 Trabalhos Complementares 9 e N.º 2 de Trabalhos Complementares n.º 10.

5.1.5. Emissão pela APA de Declaração de Impacte Ambiental desfavorável sobre o projeto “Central Solar Fotovoltaica Flutuante de Cabril” – Para conhecimento

Foi presente a informação nº 3129 de 09 de julho último para conhecimento do parecer desfavorável por parte da Comissão de Avaliação e decisão de indeferimento do Título Único Ambiental ao projeto “Central Solar Fotovoltaica Flutuante de Cabril”.

A Comissão concluiu que apesar de alguns benefícios na concretização dos objetivos energéticos nacionais, os impactes negativos muito significativos identificados, não suscetíveis de minimização, inviabilizam o projeto, pelo que esta comissão propõe a emissão de parecer

desfavorável ao projeto da “Central Solar Fotovoltaica Flutuante de Cabril”, em fase de Projeto de execução.”

Apesar dos impactes positivos inerentes aos objetivos do projeto e ao seu contributo para o aumento da capacidade de produção de eletricidade com base em energia renovável e para a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), o projeto apresenta impactes negativos diretos e indiretos, muito significativos, não minimizáveis nem passíveis de compensação.

Destacou os impactes socioeconómicos negativos significativos e permanentes, resultantes da ocupação do plano de água da albufeira do Cabril, considerando que esta ocupação compromete os usos atuais e previstos da albufeira e da sua envolvente, afetando atividades económicas ligadas ao lazer, turismo e recreio, com especial incidência no turismo náutico e de natureza, que constituem pilares da atratividade regional. A alteração da paisagem, traduz-se na introdução de elementos como os painéis solares, a subestação e as linhas elétricas, os quais degradam a qualidade visual do território, afetando a identidade e raridade da paisagem, com reflexos negativos na perceção pública e na aceitação social do projeto.

Adicionalmente, os impactes psicossociais associados à transformação da paisagem da albufeira — elemento identitário com valor cultural, estético e emocional para as comunidades locais — levantam preocupações ao nível da saúde e bem-estar da população residente e visitante. Estes efeitos, embora em parte subjetivos, são reais e relevantes para a decisão, uma vez que influenciam a relação da comunidade com o território.

O CI tomou conhecimento da Declaração de Impacte Ambiental.

5.1.6. Esclarecimento da IP sobre alteração do traçado da linha de alta velocidade – troço Oiã–Soure – Para conhecimento

Foi presente a informação 3132 datada de 09 de julho último, na sequência de notícias divulgadas na comunicação social, que apontavam para uma possível alteração ao traçado inicialmente previsto no território da Região de Coimbra, foi solicitado à IP informações sobre o estado atual daquele processo e sobre as suas potenciais implicações para a Região de Coimbra, em particular no que se refere à ligação ferroviária de alta velocidade ao concelho e à sua centralidade territorial. Em resposta a nossa solicitação a IP, através de email do seu Vice-Presidente Eng.º Carlos Fernandes, informou:

- que não foram equacionadas quaisquer alterações, tanto ao traçado da linha de alta velocidade (LAV) previsto no território da Região de Coimbra, como no que concerne à localização da estação AV que servirá esta cidade e a qual será implementada na localização da atual Estação de Coimbra-B.
- que, na sequência do concurso para a concessão da seção da linha de alta velocidade entre Oiã e Soure, lançado em julho de 2024, excluiu a única proposta recebida porque a mesma apresentava atributos que violavam aspetos da execução do contrato não

submetidos à concorrência. Na sequência desta decisão o Conselho de Administração Executivo da IP terminou, em abril deste ano, o referido procedimento.

- Posteriormente, o Governo mandou a IP a preparar um novo concurso para a concessão do referido troço AV entre Oiã e Soure, cujo lançamento está previsto para o mês de julho.

O objeto deste novo concurso será idêntico ao do concurso anterior com exceção da extensão da linha de alta velocidade, a qual foi “encurtada a sul” em cerca de 11km, e da não consideração da ligação entre a LAV e a Linha do Norte, nas proximidades de Soure. Estas alterações em nada prejudicam os objetivos e benefícios do projeto uma vez que os 11km mais a sul do troço Oiã-Soure serão transferidos para a concessão seguinte, a terceira associada ao projeto da LAV Porto-Lisboa, cujo concurso deverá ser lançado no primeiro semestre do próximo ano. Relativamente à ligação de Soure a mesma visava viabilizar o modelo de exploração da LAV entre as Fases 1 e 2 do projeto (enquanto não era construído o troço da LAV entre Soure e o Carregado), período esse que, face aos atrasos causados pela terminação do anterior concurso, será muito encurtado deixando de justificar a construção da referida ligação.

O CI tomou conhecimento.

5.1.7 "Gestão de Recursos Hídricos" - Rio Alva e Rio Ceira – Ponto de situação – Para conhecimento

Foi presente a informação 3125 datada de 08 de julho último, dando conhecimento do ponto de situação relativamente a preparação de candidaturas ao Aviso CENTRO2030-2024-38: Gestão de Recursos Hídricos (PO CENTRO 2030) para intervenções no Rio Alva e no Rio Ceira, o Secretário Executivo Intermunicipal dá nota aos senhores Presidentes das Câmaras que são atravessados por este projeto do Alba e do Ceira que após muitas interações com a APA já houve uma clarificação sobre aquilo que são as tipologias de investimento elegíveis e que foi estabelecido a nível dos açudes e outras empreitadas um cronograma solicitando que partilhem esta informação tecnicamente para que se consiga submeter as candidaturas em tempo útil.

O CI tomou conhecimento.

6. Estrutura de Apoio Técnico

6.1. Aprovação da Candidatura “Provisão e Remuneração de Serviços de Ecossistemas no Pinhal Interior” – IIBT do Pinhal Interior – Para conhecimento

Foi presente a informação nº 2813 datada de 18 de junho último, no âmbito do Plano de Ação do IIBT do Pinhal Interior foi aberto em 2024 um aviso-convite n.º CENTRO2030-2024-63 - Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (IIBT - PI) – Provisão e Remuneração de Serviços de Ecossistemas, o qual tinha como objetivo apoiar a transformação de um território predominantemente de vocação florestal, que permitirá perspetivar uma vocação dos espaços florestais do PI.IN para a missão global de contrariar as alterações climáticas, nomeadamente pelo seu potencial para o sequestro dos gases com efeito de estufa (GEE), contribuindo, desta forma, para os compromissos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, bem como para minimizar

os riscos de incêndio e valorizar os espaços florestais, pela sua entrada no Mercado Voluntário de Carbono.

O CI tomou conhecimento.

6.2. Avisos de Concurso – ITI CIM Região de Coimbra – Para conhecimento

Foi presente a informação nº 2812 datada de 18 de junho último, no âmbito do Plano de Ação do ITI da CIM Região de Coimbra, a Autoridade de Gestão (AG) do PO CENTRO 2030 tem vindo a publicar um conjunto de avisos de concurso. O presidente da CIM-RC dá nota que na informação encontra-se um resumo relativo aos avisos de concurso referentes à conservação da natureza, biodiversidade e património natural, bem como da valorização do património cultural e natural e respetivas dotações inscritas.

O CI tomou conhecimento.

6.3. ITI da CIM Região de Coimbra: Plano de Ação – Lista de Projetos – 14ª Alteração – Tábua - Para ratificação

Foi presente a informação 2909 datada de 23 de junho último, trata-se da 14ª alteração ao ITI solicitada pelo Município de Tábua.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar o solicitado pelo Município de Tábua, através de e-mail de 20/06/2025, a alteração aos projetos inscritos no ITI da CIM Região de Coimbra.

6.4. ITI da CIM Região de Coimbra: Plano de Ação – Lista de Projetos – 15ª Alteração – Cantanhede – Para ratificação

Foi presente a informação 3150 datada de 09 de julho último, trata-se da 15ª alteração ao ITI solicitada pelo Município de Cantanhede.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar solicitado pelo Município de Cantanhede, através de e-mail de 09/07/2025, a alteração aos projetos inscritos no ITI da CIM Região de Coimbra.

6.5. Cidade pelo Clima: Reunião da Assembleia Geral de 27 junho de 2025 - Para conhecimento

Foi presente a informação 3099 datada de 07 de julho último dando o Presidente nota que na reunião da Assembleia Geral da iniciativa *Cidades pelo Clima* realizada, a 27 de junho de 2025, foi proposto que o CI da CIM Região de Coimbra tomasse conhecimento da ata da reunião, a apresentação com os temas abordados e o regulamento atualizado.

O CI tomou conhecimento.

6.6. Avisos publicados PRR – Para conhecimento

Foi presente a informação 3116 datada de 08 de julho último, no passado dia 02/07/2025 foi publicado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) o aviso de concurso para apoiar a aquisição de veículos novos 100% elétricos, nomeadamente, ciclomotores e motociclos ou cadeiras de rodas motorizadas. As entidades beneficiárias a este aviso de concurso são as Câmaras Municipais e as Empresas Municipais.

O Secretário Executivo Intermunicipal alertou aos senhores presidentes sobre o aviso que se encontra a decorrer para a compra de material circulante para os municípios que é uma operação substitutiva das acessibilidades 360 que permite aos municípios fazer a aquisição de veículos.

O CI tomou conhecimento.

6.7. Reprogramação PO CENTRO 2030 - Levantamento do investimento até 30/09/2025 - ITI CIM RC – Para conhecimento

Foi presente a informação 3154 datada de 11 de julho último, dando conhecimento do levantamento do investimento até 30/09/2025. Tomou a palavra o Secretário Executivo Intermunicipal solicitando dois pedidos prévios aos senhores Presidentes: o primeiro diz respeito o pedido de despesa no âmbito do Recolha Bio. Uma outra nota relativamente à questão da operação dos transportes solicita aos senhores Presidentes que se entenderem que em algum momento em alguma questão ser necessário o reforço de comunicação que informem.

Pediu a palavra o Presidente da CM de Tábua para dar nota da deslocalização do helicóptero da zona de Viseu que abrange a região Centro passando para Ovar não tendo sido informados os municípios. Considera o assunto bastante importante porque aumenta o tempo de resposta ficando assim despovoado esta zona nomeadamente tábua e estes concelhos. Alerta também para a limpeza das Grandes Rotas, matéria sobre a qual as CIMs envolvidas se deveriam articular, pois o município de Tábua efetua a limpeza e outros não.

Pediu a palavra o Presidente da CM de Góis para deixar nota relativamente aos transportes no que tem a ver com dúvidas relativamente aos passes, horários dúvidas essas que colocaram à Busway e de forma rápida e esclarecedora prestaram informação.

Pediu a palavra o Presidente da CM da Mealhada colocando algumas dúvidas relativamente aos transportes nomeadamente se a colocação dos horários nas paragens é da responsabilidade da Câmara Municipal ou é da responsabilidade da Busway.

O Presidente do CI tomou a palavra para dar nota que em relação à questão do helicóptero irá interpelar o senhor Secretário de Estado por escrito para esclarecimento alertando para o facto de que esta situação possa se refletir no tempo de resposta, o que prejudicará no combate a possíveis ignições, nesta região. Em relação aos transportes que seja transmitido por escrito à BusWay as questões colocadas tanto os pontos negativos como positivos.

O Secretário Executivo Intermunicipal tomou a palavra para relembrar e chamar a atenção do encerramento do processo dos diagnósticos da saúde até porque ele é uma obrigação legal estando em falta resposta dos seguintes municípios Arganil Condeixa Figueira da Foz Mira e Vila Nova de Poiares.

O CI tomou conhecimento.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI propôs aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

E não havendo mais nada a tratar, deu por encerrados os trabalhos pelas catorze horas e quinze minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, Emílio Torrão e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

(Emílio Torrão)

A assistente Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Parreiral)